

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE EXAME DE ORDEM

EXAME DE ORDEM  
**PROVA OBJETIVA**  
28/08/2005

**ATENÇÃO: LEIA ANTES DE INICIAR A PROVA**

Confira, abaixo, o seu número de inscrição e nome. Assine **SOMENTE** no espaço abaixo reservado.

Confira, no cartão-resposta, o seu número de inscrição e nome. Comunique **IMEDIATAMENTE** aos aplicadores da prova qualquer irregularidade. **NÃO SERÃO ACEITAS** reclamações posteriores.

A interpretação das questões é parte integrante da prova, **NÃO SENDO PERMITIDAS** perguntas aos aplicadores da prova.

A prova é **INDIVIDUAL**, **SENDO VEDADAS** consultas de qualquer natureza.

O uso de qualquer recurso não permitido acarretará a imediata **ANULAÇÃO** da prova e a **ELIMINAÇÃO** do candidato do Exame.

Para cada questão só há **UMA ALTERNATIVA CORRETA**. Questão em branco ou com mais de uma alternativa assinalada, terá nota **ZERO**. Utilize os espaços em branco para rascunhos.

Utilize apenas caneta esferográfica com tinta **AZUL-ESCURA** ou **PRETA** para o preenchimento do cartão-resposta, que **NÃO PODE SER RASURADO, DODRADO** ou **AMASSADO**.

**DURAÇÃO DA PROVA: 4 (QUATRO) HORAS**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

NOME

ASSINATURA

---

## Ética na Advocacia

---

**01 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – Qualquer pessoa, mesmo não sendo advogado, mas tendo instrução superior, poderá assumir a direção jurídica de uma empresa ou órgão público, desde que a orientação técnica seja exercida por advogado inscrito na OAB, que assumirá a responsabilidade na forma da lei;

**II** – Para evitar o aviltamento de valores dos serviços profissionais, o advogado não deve estabelecê-los de forma irrisória ou inferior ao mínimo fixado pela Tabela de Honorários dos Advogados, salvo motivo plenamente justificado;

**III** – Não constitui infração disciplinar a contratação de terceiros (agentes) para obter causas ou clientela, desde que não haja prejuízo caracterizado.

- a) apenas a afirmativa I está correta.
- b) apenas a afirmativa II está correta.
- c) apenas a afirmativa III está correta.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**02 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

**I** – Para a aplicação da sanção de exclusão é necessária a manifestação favorável unânime dos membros do Conselho Seccional competente;

**II** – A multa não é aplicável cumulativamente com a censura ou suspensão, em qualquer caso;

**III** – A ausência de punição disciplinar anterior não é circunstância atenuante para fins de aplicação das sanções disciplinares.

- a) apenas as afirmativas I e II estão incorretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**03 – Assinale a alternativa CORRETA:**

a) são órgãos da OAB: o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais e as Subseções.

b) são órgãos da OAB: o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e as Caixas de Assistência dos Advogados.

c) são órgãos da OAB: o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções, as Caixas de Assistência dos Advogados e os Institutos dos Advogados dos Conselhos Seccionais.

d) são órgãos da OAB: o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções, as Caixas de Assistência dos Advogados e as Comissões do Conselho Federal e dos Conselhos Seccionais.

**04 – Assinale a alternativa CORRETA:**

a) o pagamento da anuidade para a OAB não isenta os inscritos em seus quadros do pagamento obrigatório da contribuição sindical.

b) o cargo de conselheiro da OAB é de exercício gratuito e facultativo, considerado serviço público relevante, inclusive para fins de disponibilidade e aposentadoria.

c) não constitui título executivo extrajudicial a certidão passada pela diretoria do Conselho Seccional competente, relativa aos créditos decorrentes das contribuições, preços de serviços e multas cobradas pela OAB de seus inscritos.

d) a OAB não mantém com órgão da Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

**05 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

a) é obrigatória a indicação do nome e do número de inscrição na OAB em todos os documentos assinados pelo advogado, no exercício de sua atividade.

b) é cancelada a inscrição do advogado que sofrer penalidade de exclusão.

c) além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de 3 (três) causas por ano.

d) é licenciado o profissional que sofrer de doença mental considerada curável.

**06** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.
- b) a razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, 1 (um) advogado responsável pela sociedade, podendo permanecer o nome do sócio falecido, desde que tal possibilidade esteja prevista no ato constitutivo.
- c) o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, alterando-se, necessariamente, sua constituição.
- d) o ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado junto ao Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios obrigados a inscrição suplementar.

**07** – Qual sanção disciplinar que será aplicada ao advogado que exerce prática reiterada de jogo de azar, não autorizado por lei?

- a) censura.
- b) suspensão.
- c) exclusão.
- d) nenhuma, pois o ato não caracteriza infração disciplinar.

---

## Direito Civil

---

**08** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os direitos de personalidade são apenas os expressamente descritos no Código Civil de 2002, uma vez que o referido diploma legal adotou exclusivamente a teoria da tipificação.
- b) em se tratando da honra objetiva de pessoa morta, qualquer parente em linha colateral até o quarto grau pode requerer que cesse a lesão ou ameaça de lesão à honra do morto.
- c) o emprego do nome de uma pessoa em publicações que a exponham ao desprezo público somente constitui violação a direito de personalidade se houver intenção difamatória.
- d) é válida a disposição onerosa do próprio corpo para depois da morte, desde que com objetivos científicos.

**09** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as paredes em relação à casa são reputadas pertencas.
- b) sendo as pertencas bens acessórios, na alienação do principal segui-lo-ão, como regra, as pertencas.
- c) as benfeitorias úteis, como regra, geram para o possuidor de boa-fé o direito de indenização, mas não geram o direito de retenção.
- d) as energias que tenham valor econômico são consideradas bens móveis.

**10** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – Havendo pluralidade de locatários de um mesmo bem imóvel, não haverá, como regra, solidariedade entre eles quanto às dívidas referentes ao aluguel, uma vez que a solidariedade não se presume;
- II – A solidariedade pode ser pura e simples para um dos co-devedores, e condicional para outro;
- III – O credor solidário que tiver remitido a dívida responderá aos outros credores pela parte que lhes caiba.

- a) todas as afirmativas são corretas.
- b) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) apenas as afirmativas I e III estão corretas.

**11 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) sendo a capacidade a “medida da personalidade de uma pessoa”, os direitos de personalidade somente são atribuídos em sua integralidade às pessoas plenamente capazes.
- b) a existência de relação de emprego integrada pelo menor com 16 (dezesesseis) anos completos sempre implicará a cessação da incapacidade relativa deste.
- c) o Código Civil de 2002 não mais regula a capacidade dos índios, remetendo tal regulação a lei especial.
- d) os que por deficiência mental tiverem o discernimento reduzido são reputados como relativamente incapazes. Já os viciados em tóxicos não têm o grau de sua capacidade definida pelo Código Civil de 2002, que remete tal regulação a lei especial.

**12 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) a separação judicial somente pode ser proposta por um dos cônjuges após um ano de separação de fato, desde que seja demonstrada grave violação dos deveres conjugais por parte do outro cônjuge. Por conseguinte, sempre que a separação judicial não for consensual, estar-se-á diante de separação fundada no princípio da culpa.
- b) a separação judicial por mútuo consentimento, fundada no princípio da ruptura, somente pode ser homologada se os separandos já estiverem casados há pelo menos 2 (dois) anos.
- c) na hipótese de separação de fato, em que não haja separação judicial, o cônjuge culpado pela separação jamais terá direito sucessório sobre os bens deixados pelo cônjuge inocente.
- d) o Código Civil de 2002 prevê “cláusula de dureza” na separação por mútuo consentimento, em que o juiz pode negar-se à homologação se verificar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos.

**13 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

I – A ação negatória de paternidade, embora imprescritível, submete-se a um rol taxativo de hipóteses previsto no Código Civil de 2002;

II – Caso uma mulher viúva venha a se casar com outro homem 2 (dois) meses depois do falecimento de seu primeiro marido, e lhe nascer algum filho exatos 290 (duzentos e noventa) dias após a morte do primeiro marido, aplicar-se-á ao casamento o regime da separação obrigatória de bens e presumir-se-á, em obediência ao Código Civil de 2002, que o filho é do segundo marido;

III – Permanece intacto, contemporaneamente, o brocardo *mater semper certa est*, uma vez que a mãe, juridicamente, sempre será aquela que tiver vínculo biológico com o filho.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) apenas a afirmativa II está correta.
- d) nenhuma afirmativa está correta.

**14 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o testamento particular anulável poderá ser convalidado pelo autor da herança até 5 (cinco) anos após sua confirmação e seu registro.
- b) o Código Civil de 2002, no regime de comunhão parcial de bens, substitui o direito do cônjuge sobrevivente à meação pelo direito sucessório atribuído ao cônjuge supérstite.
- c) o ascendente que recebeu doações de seu descendente não poderá ser condenado à pena de sonegados sob o fundamento de que deixou de colacionar o valor da doação recebida.
- d) o direito real de habitação atribuído ao cônjuge sobrevivente somente existirá se o regime de casamento não for o da separação de bens.

**15 – Assinale a alternativa CORRETA. O direito à proteção possessória é assegurado:**

- a) ao titular de direito pessoalíssimo para defender sua posição jurídica de credor proprietário em relação jurídica obrigacional, do que é exemplo o exercício do poder familiar.
- b) ao autor da herança em face do esbulho possessório que possa ter sido cometido pelo *de cuius*.
- c) ao possuidor direto em face do indireto.
- d) ao detentor, em seu próprio nome, frente ao possuidor direto.

---

## Processo Civil

---

**16** – Analise o enunciado abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

Uma pessoa natural residente em Curitiba/PR pretende propor ação reivindicatória em face da Caixa Econômica Federal – CEF, cujo objeto é um imóvel urbano localizado em Londrina/PR. Qual o foro competente para conhecer e julgar a ação?

- a) foro da Justiça Comum Federal de Londrina/PR.
- b) foro da Justiça Comum Estadual de Londrina/PR.
- c) foro da Justiça Comum Federal de Curitiba/PR.
- d) foro da Justiça Comum Estadual de Curitiba/PR ou da Justiça Comum Estadual de Londrina/PR.

**17** – Sobre a intervenção de terceiros no Processo Civil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Na denunciação da lide fundada na evicção, o adquirente poderá requerer a intervenção do alienante imediato, ou qualquer dos anteriores (*per saltum*);

II – Não se admite, em hipótese alguma, a intervenção de terceiros nas causas que observam o procedimento sumário;

III – No chamamento ao processo, forma-se litisconsórcio passivo facultativo por iniciativa do réu.

- a) apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) apenas as alternativas I e III estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e III estão corretas.
- d) todas as alternativas estão corretas.

**18** – Sobre as provas no Processo Civil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as pessoas naturais não podem prestar depoimento pessoal por procurador.
- b) é vedado ao juiz, em qualquer hipótese, admitir o depoimento do menor de (16) dezesesseis anos.
- c) o advogado não pode recusar-se a depor como testemunha no processo no qual funciona.
- d) o assistente simples pode prestar depoimento pessoal.

**19** – Sobre os recursos no Processo Civil, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – Em acórdão do qual cabem embargos infringentes e este recurso não é interposto, o prazo para a interposição de recurso especial relativo à parte unânime terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a parte da decisão por maioria de votos;

II – A aceitação tácita da sentença constitui fato extintivo do direito de recorrer;

III – Em hipótese de decisão não proferida em audiência, o prazo recursal do réu revel (que não tenha curador especial e que não tenha comparecido ao processo) começa a correr a partir da data em que o advogado do autor for intimado da decisão.

- a) apenas as alternativas I e II estão corretas.
- b) apenas as alternativas I e III estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e III estão corretas.
- d) todas as alternativas estão corretas.

**20** – Sobre o processo de execução por quantia certa contra devedor solvente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a prisão do depositário infiel poderá ser decretada nos próprios autos do processo de execução, independentemente da propositura de ação de depósito.
- b) o cônjuge do executado poderá postular a remição do bem penhorado, independentemente da anuência do arrematante.
- c) cabe inteiramente ao credor a escolha do meio mediante o qual promoverá a execução, independentemente de sua gravidade para o devedor.
- d) o prazo para a oposição de embargos à execução não se conta em dobro, independentemente da existência de litisconsortes passivos com procuradores diferentes.

**21** – Sobre a antecipação da tutela, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é sempre sumária a cognição do juiz ao antecipar a tutela nos casos de pedido (ou parcela de pedido) incontroverso.
- b) fora das hipóteses expressamente previstas na Lei nº 8.245/1991 (Lei de Locações), é vedado ao juiz antecipar a tutela visando o despejo do locatário.
- c) o juiz pode antecipar a tutela na sentença.
- d) a antecipação da tutela só será concedida quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

**22** – Sobre os Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, as próprias partes detêm capacidade postulatória para interpor recurso inominado.
- b) nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, somente será considerado revel o demandado que não contestar a ação.
- c) nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, a petição inicial deve atender aos mesmos requisitos daquela do procedimento ordinário do Código de Processo Civil.
- d) nos Juizados Especiais Cíveis Federais, existe a possibilidade de pessoas jurídicas serem autoras de demandas.

**23** – Sobre as ações coletivas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública.
- b) a sentença que julgar improcedente a ação civil pública sempre fará coisa julgada *erga omnes*.
- c) existe litispendência entre uma ação coletiva e uma ação individual idênticas.
- d) as ações coletivas também são aptas a tutelar interesses individuais.

---

## Direito Comercial

---

**24** – Sobre a disciplina do empresário no Código Civil de 2002, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o empresário individual não pode instituir sucursal ou filial, uma vez que tal prerrogativa beneficia apenas as pessoas jurídicas.
- b) é facultado ao empresário rural inscrever-se no Registro Público das Empresas Mercantis, quando, então, será submetido à disciplina do direito de empresa contemplada no Código Civil 2002.
- c) a capacidade empresarial pressupõe a inexistência de impedimento legal ao exercício da atividade empresarial.
- d) a sentença que decreta ou homologa a separação judicial do empresário deverá ser averbada no Registro Público das Empresas Mercantis para ser oponível a terceiros.

**25** – Sobre a disciplina da sociedade limitada no Código Civil de 2002, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a responsabilidade do sócio por dívidas da sociedade é solidária até o montante total do capital da sociedade, até que o capital social esteja totalmente integralizado e pela mais valia dos bens aportados para sua formação.
- b) a responsabilidade do sócio restringe-se ao valor das quotas que subscreveu.
- c) a responsabilidade do sócio é pessoal no caso de tomada de deliberação contrária à Lei ou ao Contrato Social, presumindo-se a sua participação na deliberação abusiva, em razão do caráter especulativo desta modalidade societária.
- d) a responsabilidade do sócio é limitada ao valor das quotas subscritas e integralizadas, tornando-se ilimitada na hipótese de insolvência da sociedade.

**26** – Sobre as sociedades anônimas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) podem operar com valores mobiliários no mercado, quando serão consideradas sociedades anônimas abertas e estarão sujeitas à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.
- b) continuam sujeitas à disciplina da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas) após a promulgação do Código Civil de 2002, sendo as normas do referido Código, supletivas às da lei especial.
- c) poderão ter o capital social integralizado por bens em espécie ou dinheiro. No caso de integralização mediante bens, o valor a ser considerado será aquele indicado pelo subscritor, o qual permanecerá vinculado ao valor atribuído por 5 (cinco) anos a contar da transferência do bem.
- d) o acionista preferencialista poderá ter subtraído o direito geral de voto, desde que previsto no estatuto da sociedade.

**27** – Sobre a disciplina das relações de consumo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as sociedades integrantes de grupos societários e as sociedades controladas poderão vir a responder por danos causados ao consumidor por outras empresas do mesmo grupo ou pela controladora, respectivamente.
- b) a propaganda enganosa, aquela que veicula informação falsa capaz de induzir em erro o consumidor, é considerada contrária aos interesses do consumidor quando a informação estiver relacionada à qualidade do produto ou serviço, uma vez que falsa informação sobre quantidade caracteriza propaganda abusiva.
- c) condicionar a venda de um produto à aquisição de outro caracteriza venda casada, coibida pelo Código de Defesa do Consumidor, porém, condicionar à aquisição de um serviço à realização de outro ou à aquisição da matéria prima não se enquadra na proibição.
- d) a partir da promulgação do Código de Defesa do Consumidor a prática de manutenção de cadastro de inadimplentes tornou-se ilegal.

**28** – Sobre a teoria geral dos títulos de crédito, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) são documentos literais e autônomos necessários ao exercício do direito nele contido, sendo que a sua emissão não produz a novação do negócio jurídico que lhe deu origem.
- b) podem ser preenchidos posteriormente à sua assinatura, porém, ao devedor é vedado alegar perante terceiro de boa fé inadequação no preenchimento.
- c) o título que não contiver vencimento será considerado vencível à vista.
- d) o aval tem as mesmas características da fiança, sendo uma modalidade pessoal de garantia que não prevalecerá quando a obrigação garantida for nula, em razão do princípio da subsidiariedade.

**29** – Sobre os cheques, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) são títulos causais que só podem ser emitidos por qualquer pessoa jurídica.
- b) prescrevem no prazo de 6 (seis) meses, depois de expirado o prazo de apresentação fixado na Lei.
- c) precisam necessariamente ser protestados anteriormente à propositura de ação de execução.
- d) são reconhecidos pelo ordenamento jurídico como passíveis de ser pré-datados ou pós-datados em relação à data de sua emissão.

**30** – Sobre as duplicatas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) são títulos causais que poderão ser emitidos em decorrência de compra e venda mercantil, mútuo ou prestação de serviço.
- b) tem sua exigibilidade prescrita em relação ao sacado no prazo de 6 (seis) meses a contar do vencimento.
- c) precisam ser protestadas anteriormente à propositura de ação de execução quando houver recusa de aceite por parte do sacado.
- d) são de emissão obrigatória assim como a nota fiscal e a fatura, esta para compra e venda a prazo.

**31** – Sobre o contrato de franquia, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é disciplinado, por meio de sua proposta, pela Lei nº 8.955/1994 (Lei do Contrato de Franquia Empresarial), que não exige o registro como requisito de validade do contrato.
- b) pode dispor sobre direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição de produtos ou serviços.
- c) a circular de oferta de franquia deve conter dados referentes ao franqueador, assim como o perfil esperado do franqueado.
- d) o contrato de franquia pode ser verbal, em razão de seu informalismo.

---

## Direito Penal

---

**32** – Sobre o artigo 304 do Código Penal, que prevê o crime de uso de documento falso, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) para sua configuração é necessário que se comprove a falsidade do documento, circunstância elementar do crime definido no artigo 304 do Código Penal.
- b) o elemento subjetivo é o dolo, a vontade de usar do documento falso, ciente o autor de sua falsidade. É possível o dolo eventual.
- c) é indispensável o uso, não bastando a mera alusão ao documento, a sua apresentação por ostentação ou em qualquer situação em que não há possibilidade de prejuízo ou dano a outrem.
- d) o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, desde que tenha colaborado para a falsificação.

**33** – Sobre o crime previsto no artigo 269 do Código Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

*“Art. 269. Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória.”*

- a) é comissivo.
- b) é omissivo próprio ou puro.
- c) é omissivo impróprio.
- d) é comissivo por omissão.

**34** – Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o Estatuto da Criança e do Adolescente considera como criança, a pessoa até os 14 (quatorze) anos de idade incompletos.
- b) ao menor infrator não se aplicam penas, porém medidas de cunho educativo e protetivo, sem critérios rígidos de duração.
- c) o Estatuto da Criança e do Adolescente considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção.
- d) as medidas sócio-educativas não têm como objetivo primário a punição do adolescente infrator, mas sim a sua educação e formação.

**35** – Sobre os crimes contra o meio ambiente, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) nos termos da Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais), as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa e civilmente, não sendo possível sua responsabilização penal.
- b) o exercício da caça profissional pode gerar incidência do tipo penal e também de sanções administrativas.
- c) os antecedentes e a situação econômica do réu são critérios para a orientação da autoridade competente para a aplicação da sanção.
- d) a Lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) objetiva a proteção do meio ambiente em sua dimensão global, abrangendo o meio ambiente natural (solo, água, ar), cultural (patrimônio artístico, turístico, paisagístico) e artificial (espaço urbano construído).

**36** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os movimentos reflexos, hipnose e sonambulismo são hipóteses de ausência de culpabilidade.
- b) os movimentos reflexos, hipnose e sonambulismo são hipóteses de ausência de punibilidade.
- c) os movimentos reflexos, hipnose e sonambulismo são hipóteses de ausência de tipo subjetivo.
- d) os movimentos reflexos, hipnose e sonambulismo são hipóteses de ausência de conduta.

**37** – Sobre a coação irresistível e obediência hierárquica, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o agente que agiu sob coação moral irresistível responde somente se houver a modalidade culposa.
- b) a coação moral irresistível é chamada de *vis compulsiva*.
- c) se o fato é cometido em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico, nos termos do Código Penal, só é punível o autor da ordem.
- d) tanto a coação moral irresistível quanto a obediência hierárquica constituem hipóteses de autoria mediata, vez que o executor atua como instrumento, sem liberdade, sob o domínio de outrem.

**38** – Sobre o crime previsto no artigo 159 do Código Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

*“Art. 159. Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.”*

- a) a obtenção da vantagem não é elemento essencial para considerar-se consumado o delito.
- b) é necessário que a pessoa privada de sua liberdade seja a mesma pessoa que sofra a lesão patrimonial.
- c) é delito permanente, prolongando-se no tempo o seu momento consumativo.
- d) se a finalidade de obter vantagem estiver ausente poderá constituir um outro delito, mas não o delito de extorsão mediante seqüestro.

**39** – Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o conceito de autoria não pode circunscrever-se a quem pratica pessoal e diretamente a figura delituosa, mas deve compreender também a autoria mediata.
- b) é possível que mais de uma pessoa pratique a mesma infração penal, ignorando que colabora na ação de outrem, o que é denominado de “autoria colateral”.
- c) a co-autoria caracteriza-se pela cooperação consciente e voluntária no empreendimento criminoso, praticando atos de execução.
- d) a colaboração do partícipe fundamenta-se no princípio da "divisão de trabalho", em que todos os agentes tomam parte, atuando em conjunto na execução da ação típica.

---

## Processo Penal

---

**40** – Sobre o interrogatório do acusado em juízo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) não é obrigatório para o acusado presente.
- b) havendo mais de um acusado, devem ser interrogados conjuntamente, frente a frente.
- c) é composto de duas partes: uma sobre a pessoa do acusado, outra sobre os fatos.
- d) deve ser realizado apenas com a presença do juiz, do(s) acusado(s) e do escrivão.

**41** – Sobre a lei processual penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) aplica-se aos processos penais conduzidos pela autoridade jurisdicional brasileira.
- b) aplica-se, de regra, imediatamente aos processos em andamento, assim que entra em vigor.
- c) admite interpretação extensiva.
- d) não admite interpretação analógica.

**42** – Sobre a competência territorial no Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) é, de regra, fixada pelo lugar da consumação do delito ou, no caso de tentativa, pelo lugar onde foi praticado o último ato de execução.
- b) não conhecido o lugar da infração, será fixada pelo domicílio ou residência do acusado, desde que conhecido.
- c) nos casos de ação penal de iniciativa privada, será competente apenas o juízo do local em que reside o acusado.
- d) nas hipóteses de crime permanente, cuja consumação se der em várias localidades distintas, a competência será fixada pela prevenção.

**43** – Sobre a interceptação telefônica, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) segundo a Lei nº 9.296/1996 (Lei da Escuta Telefônica), depende de autorização judicial somente a interceptação para investigações civis.
- b) segundo a Lei nº 9.296/1996 (Lei da Escuta Telefônica), pode ser autorizada em investigações civis e criminais.
- c) pode ser autorizada para investigação criminal de qualquer delito.
- d) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**44** – Sobre o rito dos crimes dolosos contra a vida, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) há, assim como no rito ordinário, previsão legal de uma fase de diligências destinada às partes antes de ser dada vista dos autos para apresentarem as alegações do artigo 406 do Código de Processo Penal, no final do *jus accusationis*.
- b) ao final do *jus accusationis*, deverá o juiz tomar uma das seguintes providências: pronunciar, despronunciar ou impronunciar o acusado.
- c) em nenhuma hipótese haverá o julgamento pelo Tribunal do Júri sem a presença do acusado.
- d) as partes poderão alegar a suspeição dos jurados.

**45** – Sobre a citação no Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) pode ser feita por mandado, edital ou com hora certa.
- b) a citação do funcionário público, assim como a do militar, é feita por intermédio do chefe da respectiva repartição ou serviço, e não a eles pessoalmente.
- c) segundo o Código de Processo Penal, a citação do réu preso deve ser pessoal.
- d) não é possível, em hipótese alguma, o processamento do feito quando o acusado validamente citado não comparecer ao interrogatório.

**46** – Sobre a prova no Processo Penal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) os documentos podem ser juntados em qualquer fase do processo, sem exceção.
- b) não há, no Código de Processo Penal, procedimento específico a ser seguido no caso de reconhecimento de pessoas e coisas.
- c) não são aceitos os indícios no processo penal brasileiro.
- d) os depoimentos das testemunhas não devem conter suas opiniões pessoais, salvo se inseparáveis da narrativa do fato.

**47** – Sobre o recurso em sentido estrito, na disciplina do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) nem sempre subirá por instrumento ao Tribunal *ad quem*.
- b) o prazo para sua interposição é de 5 (cinco) dias.
- c) após oferecidas as razões e contra-razões, poderá o juiz prolator da decisão impugnada reformá-la.
- d) cabe apenas da decisão que recebe a denúncia ou queixa-crime.

---

## Direito do Trabalho

---

**48** – Assinale a afirmação **CORRETA**:

- a) para ter direito ao adicional de transferência, basta ao empregado ser transferido de setor de trabalho.
- b) o adicional de periculosidade é calculado sobre o salário do empregado, na base de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento), de acordo com o grau de exposição ao agente nocivo.
- c) a caracterização da insalubridade só pode ser determinada através de perícia técnica.
- d) fixada a presença de condições perigosas e insalubres no local de trabalho, o empregador deverá pagar ao empregado o adicional de periculosidade e o adicional de insalubridade, simultaneamente.

**49** – Sobre a justa causa, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é exemplo de justa causa do empregador, o mesmo deixar de cumprir as obrigações do contrato.
- b) de acordo com a lei, se o empregador deixar de punir a falta grave de forma imediata, está caracterizado o perdão tácito, salvo nos casos de furto, embriaguez e abandono do emprego.
- c) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço poderá ser sacado junto com a multa de 40% (quarenta por cento), se o trabalhador for demitido por justa causa.
- d) a rescisão por justa causa de empregado, com 13 (treze) meses de serviços prestados ao empregador, gerará ao empregado o direito a saldo de salário, férias vencidas, férias proporcionais e Gratificação de Natal.

**50 – Sobre os intervalos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) no trabalho contínuo por mais de 6 (seis) horas é obrigatório um intervalo para repouso e alimentação de no mínimo 1 (uma) hora.
- b) entre 2 (duas) jornadas de trabalho deve haver um período de no mínimo 15 (quinze) horas consecutivas para descanso.
- c) no trabalho contínuo superior a 4 (quatro) horas e não excedente de 6 (seis) horas, deverá ser concedido um intervalo de 15 (quinze) minutos.
- d) numa jornada de trabalho de 9 (nove) horas, o empregado deve ter garantido um intervalo não superior a 2 (duas) horas.

**51 – Sobre o adicional noturno, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) se percebido pelo empregado por mais de 2 (dois) anos, não poderá ser suprimido, integrando-se ao salário, embora cessado o trabalho noturno.
- b) sua natureza jurídica é indenizatória, com o que não se submete aos efeitos incidentes sobre remunerações em geral.
- c) as Convenções Coletivas e as Sentenças Normativas não podem fixá-lo em percentual mais elevado do que o fixado na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) é salário condicionado à ocorrência da causa que gera a obrigatoriedade do seu pagamento, logo, se não executado mais pelo empregado o labor em período noturno, poderá ser suprimido o pagamento.

**52 – Assinale a assertiva CORRETA:**

- a) Henrique, com 22 (vinte e dois) anos e Jorge, com 16 (dezesesseis) anos, são colegas de trabalho e freqüentam a mesma escola, pelo que ambos têm o direito de gozar suas férias em janeiro ou fevereiro, porque são estudantes.
- b) férias em dobro, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, são aquelas que o empregado desfruta de 60 dias de descanso ao invés de 30 dias.
- c) o adiantamento da Gratificação de Natal deverá ser pago entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano.
- d) o contrato de experiência poderá ser prorrogado no máximo 2 (duas) vezes, desde que não exceda a 90 (noventa) dias.

**53 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) o estágio curricular, nos termos da lei, não gera vínculo empregatício entre o estudante e a empresa concedente.
- b) não incide a contribuição devida ao Instituto Nacional do Seguro Social e nem a contribuição devida ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre o valor pago ao estagiário a título de “bolsa auxílio”.
- c) durante a jornada de trabalho, a mulher terá direito a 2 (dois) intervalos de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho.
- d) o empregado que for aposentado por invalidez terá interrompido o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis da previdência social para a efetivação do benefício.

**54 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o prazo de eficácia das normas coletivas, estipuladas em Convenções ou Acordos, não poderá ter duração superior a 1 (um) ano.
- b) o prazo de eficácia das normas coletivas, estipuladas em Convenções ou Acordos, não poderá ter duração superior a 2 (dois) anos.
- c) o prazo de eficácia das normas coletivas, estipuladas em Convenções ou Acordos, não poderá ter duração superior a 3 (três) anos.
- d) o prazo de eficácia das normas coletivas, estipuladas em Convenções ou Acordos, não poderá ter duração superior a 4 (quatro) anos.

---

## Processo do Trabalho

---

**55** – Sobre a decisão judicial no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) em razão do princípio da simplicidade das formas, vigente neste ramo do Direito, a decisão judicial no Processo do Trabalho não se submete ao princípio da fundamentação previsto no artigo 93, inciso IX da Constituição da República.
- b) os erros de escrita, datilografia ou cálculo constantes da decisão judicial, poderão ser corrigidos antes da execução, somente por requerimento das partes, mediante simples petição, sendo dispensada a apresentação de embargos de declaração com esta finalidade.
- c) as decisões cognitivas ou homologatórias deverão sempre indicar a natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado.
- d) o Instituto Nacional do Seguro Social será intimado das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória sempre por oficial de justiça, sob pena de nulidade, pois se trata de prerrogativa concedida às autarquias federais.

**56** – Sobre a prescrição das parcelas trabalhistas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, tem como prazo prescricional 5 (cinco) anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) a provocação da Comissão de Conciliação Prévia suspende o prazo prescricional, o qual recomeça a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de 10 (dez) dias.
- c) é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
- d) o marco inicial para contagem da prescrição quinquenal é a extinção do contrato de trabalho, seja qual for o motivo do desligamento do trabalhador, e não o ajuizamento da ação.

**57** – Sobre a presença das partes na audiência trabalhista, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a ausência injustificada do reclamado à audiência importa em arquivamento do processo.
- b) considera-se confessa a parte que, expressamente intimada com esta cominação, injustificadamente deixa de comparecer à audiência na qual deveria depor ou comparecendo recusa-se a depor.
- c) exceto quanto à reclamação do trabalhador doméstico, na audiência trabalhista em que são partes o empregado e o empregador, é obrigatório ao empregador fazer-se substituir por qualquer preposto que tenha conhecimento dos fatos.
- d) se por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente à audiência, o mesmo poderá fazer-se representar pelo cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente até o 3º (terceiro) grau.

**58** – Sobre aplicação do Código de Processo Civil no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) o Código de Processo Civil tem aplicação subsidiária apenas em matérias de ordem pública.
- b) o Código de Processo Civil é fonte subsidiária do Direito Processual do Trabalho, nos casos de omissão da Consolidação das Leis do Trabalho, naquilo que não lhe for incompatível.
- c) o Código de Processo Civil é inaplicável ao Processo do Trabalho, por força de lei.
- d) o Código de Processo Civil é aplicável incondicionalmente ao Processo do Trabalho, eis que não existe um código específico em matéria processual trabalhista.

**59** – Sobre os remédios processuais impugnativos no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) as decisões interlocutórias no Processo do Trabalho podem sempre ser recorridas de imediato, através da interposição de agravo de instrumento no prazo de 8 (oito) dias.
- b) o prazo para propor embargos de declaração no processo do trabalho é de 8 (oito) dias.
- c) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária, caberá recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias.
- d) o agravo de instrumento, interposto contra o despacho que não receber agravo de petição, suspenderá a execução da sentença.

**60** – Sobre o inquérito para apuração de falta grave no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o inquérito para apuração de falta grave destina-se a obter a autorização judicial para a rescisão motivada do contrato de trabalho de empregado que é dirigente sindical.
- b) o empregador deverá apresentar reclamação, escrita ou verbal, perante a Vara do Trabalho competente territorialmente para conhecer do litígio, na qual apresentará as razões da rescisão contratual pretendida.
- c) o prazo para ingresso do inquérito para apuração de falta grave é de 30 (trinta) dias, contados da suspensão contratual do empregado.
- d) na instrução do inquérito para apuração de falta grave, cada uma das partes poderá ouvir até 6 (seis) testemunhas.

**61** – Sobre a execução no Processo do Trabalho, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a execução no processo do trabalho poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ainda *ex officio* pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente para conhecer da execução.
- b) a Justiça do Trabalho é competente para executar apenas as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos judiciais, quando não cumpridos e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.
- c) elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação, por oficial de justiça, do Instituto Nacional do Seguro Social, para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.
- d) será expedido mandado de citação ao executado determinando que este cumpra a decisão ou o acordo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou garanta a execução, sob pena de penhora.

---

## Direito Constitucional

---

**62** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) homens e mulheres são iguais em direito e obrigações, nos termos da Constituição da República.
- b) será inconstitucional qualquer tentativa de legal proteção do mercado de trabalho da mulher.
- c) conforme o caso, será constitucional a restrição de acesso aos cargos públicos por limite de idade.
- d) conforme o caso, será inconstitucional a restrição de acesso aos cargos públicos a pessoas portadoras de deficiência.

**63** – Sobre o poder constituinte originário, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) é inaugural, incondicionado e ilimitado juridicamente.
- b) é limitado apenas no que tange ao respeito aos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na ordem jurídica anterior.
- c) deve respeito apenas aos tratados internacionais anteriormente ratificados pelo órgão competente.
- d) é constituído, ilimitado e incondicionado juridicamente.

**64** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) a nomeação para cargo em comissão independe de aprovação prévia em concurso público, desde que o referido cargo seja declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- b) o prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, tantas vezes quanto necessário para o preenchimento dos cargos ou empregos disponíveis.
- c) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira, a não ser que os novos concursados tenham atingido notas superiores aos aprovados no concurso público anterior.
- d) o direito de greve dos servidores públicos será exercido nos termos e nos limites definidos em lei ordinária.

**65 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) na hipótese de um tratado violar uma lei federal, será do Supremo Tribunal Federal a competência para declarar a sua inconstitucionalidade.
- b) na hipótese de um tratado violar uma lei municipal, será do Supremo Tribunal Federal a competência para declarar a sua inconstitucionalidade.
- c) na hipótese de um tratado violar uma lei estadual, será do Supremo Tribunal Federal a competência para declarar a sua inconstitucionalidade.
- d) na hipótese de um tratado violar uma lei estadual ou municipal, será do Tribunal de Justiça a competência para, através do seu órgão especial, declarar a sua inconstitucionalidade.

**66 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) as Comissões Parlamentares de Inquérito não podem julgar ou condenar ninguém.
- b) a proporcionalidade partidária na composição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é necessariamente matemática.
- c) a Comissão Parlamentar de Inquérito somente pode decretar a prisão de testemunhas em situação que tipifique flagrante delito.
- d) as Comissões Parlamentares de Inquérito, embora possam ser abertas pelo requerimento de 1/3 (um terço) da casa parlamentar, podem ser trancadas pela deliberação da maioria em plenário em vista do princípio majoritário que orienta o poder legislativo.

**67 – Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) o Governador do Distrito Federal pode propor ação direta de inconstitucionalidade e declaratória de constitucionalidade.
- c) o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade não se sujeita à observância de qualquer prazo de natureza prescricional ou decadencial, pois os atos normativos de natureza infraconstitucional jamais se convalidam pelo decurso do tempo.
- d) mediante controle concentrado, a declaração de inconstitucionalidade da lei operará efeitos *ex nunc* e *erga omnes*.

**68 – Sobre a ordem econômica, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- b) a lei reprimirá o abuso de poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência, mas não reprimirá o aumento arbitrário dos lucros.
- c) as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) a ordem econômica é fundada exclusivamente na livre iniciativa.

---

## Direito Administrativo

---

**69 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) nem todo ato administrativo é um ato jurídico.
- b) uma declaração expedida por um órgão administrativo é um ato administrativo constitutivo.
- c) os atos administrativos regulamentares são aqueles que inovam o ordenamento jurídico em caráter independente.
- d) os decretos executivos, segundo disposto na Constituição da República, são atos administrativos expedidos para a fiel execução de lei.

**70 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) as pessoas jurídicas políticas são aquelas que detêm função legislativa e administrativa.
- b) são exemplos de pessoas políticas os Ministérios e as Secretarias de Estado.
- c) os órgãos administrativos devem ter sua personalidade jurídica necessariamente instituída por lei ou por decreto.
- d) as autarquias são órgãos públicos desconcentrados.

**71 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- a) as sociedades de economia mista são os únicos entes estatais dispensados, *a priori*, de licitação e concurso público.
- b) as empresas públicas podem ter personalidade jurídica tanto de direito privado quanto de direito público.
- c) as autarquias necessariamente devem ter personalidade jurídica de direito público e são os únicos entes da Administração Pública descentralizada que são criados diretamente pela lei.
- d) as empresas públicas e as sociedades de economia mista possuem privilégios fiscais em face aos demais agentes econômicos, em razão da natureza estatal de suas atividades.

**72 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I – Concessão de serviço público é a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente mediante licitação na forma de concorrência;
- II – Permissão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação na forma de concorrência;
- III – Concessão de serviço público precedida da execução de obra pública é a delegação da prestação de serviço público feita pelo poder concedente, a título precário, mediante licitação.

- a) apenas a afirmativa I está incorreta.
- b) apenas a afirmativa II está incorreta.
- c) apenas a afirmativa III está incorreta.
- d) todas as afirmativas estão incorretas.

**73 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I – O Tribunal de Contas exerce controle sobre a gestão administrativa em sentido próprio, sobre os dispêndios, licitações, contratações e remuneração de pessoal das agências reguladoras;
- II – O Ministério Público pode questionar judicialmente os atos de cunho regulatório das agências reguladoras quando eivados de defeitos previstos na legislação própria;
- III – O Ministério Público pode instaurar inquérito civil público para produzir provas sobre o desempenho das funções próprias desempenhadas pelas agências reguladoras.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**74 – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- I – Estão sujeitos ao regime de licitação além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estado, Distrito Federal e Municípios;
- II – O objetivo da licitação é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração;
- III – Qualquer cidadão pode acompanhar o desenvolvimento da licitação, desde que não interfira para perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

---

## Direito Tributário e Processo Tributário

---

**75** – Sobre o Sistema Tributário Nacional previsto na Constituição da República, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – As taxas podem ter base de cálculo própria de impostos;
- II – Uma das funções da lei complementar é dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III – Empréstimos compulsórios podem ser instituídos por lei ordinária ou medida provisória;
- IV – É de competência exclusiva da União a instituição de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais;
- V – A Emenda Constitucional nº 42/2003, introduziu na Constituição da República autorização para a incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

- a) todas as afirmativas estão corretas.
- b) as afirmativas II, IV e V estão incorretas.
- c) as afirmativas I, III e V estão corretas.
- d) as afirmativas I e III estão incorretas.

**76** – Sobre os princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) o princípio da legalidade significa que não se pode cobrar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) o princípio do não-confisco aplica-se a todos os tributos.
- c) com a Emenda Constitucional nº 42/2003, o chamado princípio da anterioridade foi substituído pela anterioridade nonagesimal.
- d) o princípio da irretroatividade impede que seja cobrado tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que o instituiu ou aumentou.

**77** – Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) as imunidades tributárias são aplicáveis aos tributos em geral.
- b) a imunidade tributária decorre, necessariamente, da norma constitucional, enquanto a isenção pode ser instituída por lei ordinária ou complementar.
- c) a denominada imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- d) a imunidade relativa ao patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, depende do cumprimento de requisitos previstos em lei.

**78** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I – A anistia determina a exclusão do crédito tributário;
- II – A conversão de depósito em renda determina a extinção do crédito tributário;
- III – As reclamações apresentadas nos termos das leis que regem o processo administrativo tributário, determinam a suspensão do crédito tributário.

- a) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) todas as afirmativas estão corretas.

**79** – Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

**I** – A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário deve ser interpretada literalmente;

**II** – O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei;

**III** – O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido;

**IV** – Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para a definição dos respectivos efeitos tributários.

a) todas as afirmativas estão corretas.

b) apenas as afirmativas II e III estão corretas.

c) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

d) nenhuma das afirmativas está correta.

**80** – Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) a modificação introduzida em consequência de uma decisão administrativa ou judicial nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa na atividade de lançamento não tem validade para os fatos geradores futuros.

b) a modificação introduzida em consequência de uma decisão administrativa ou judicial nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa na atividade de lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo contribuinte, quanto a fatos geradores ocorridos anteriormente à sua introdução.

c) a modificação introduzida em consequência de uma decisão administrativa ou judicial nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa na atividade de lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo contribuinte, quanto a fatos geradores ocorridos posteriormente à sua introdução.

d) as alternativas “a” e “b” estão corretas.

Anote aqui o seu gabarito e destaque.

- |      |      |
|------|------|
| 01 - | 41 - |
| 02 - | 42 - |
| 03 - | 43 - |
| 04 - | 44 - |
| 05 - | 45 - |
| 06 - | 46 - |
| 07 - | 47 - |
| 08 - | 48 - |
| 09 - | 49 - |
| 10 - | 50 - |
| 11 - | 51 - |
| 12 - | 52 - |
| 13 - | 53 - |
| 14 - | 54 - |
| 15 - | 55 - |
| 16 - | 56 - |
| 17 - | 57 - |
| 18 - | 58 - |
| 19 - | 59 - |
| 20 - | 60 - |
| 21 - | 61 - |
| 22 - | 62 - |
| 23 - | 63 - |
| 24 - | 64 - |
| 25 - | 65 - |
| 26 - | 66 - |
| 27 - | 67 - |
| 28 - | 68 - |
| 29 - | 69 - |
| 30 - | 70 - |
| 31 - | 71 - |
| 32 - | 72 - |
| 33 - | 73 - |
| 34 - | 74 - |
| 35 - | 75 - |
| 36 - | 76 - |
| 37 - | 77 - |
| 38 - | 78 - |
| 39 - | 79 - |
| 40 - | 80 - |